



A SEGURANÇA E SOBERANIA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO MUNICÍPIO DE JAPARATUBA/SE E O PROCESSO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE BASE COMUNITÁRIA

Lidiana Vieira dos Santos

Universidade Federal de Sergipe (UFS).
lidininadirves@gmail.com.

Rosana de Oliveira Santos Batista

Universidade Federal de Sergipe (UFS).
rostogeo@academico.ufs.br.

Shiziele de Oliveira Shimada

Universidade Federal de Sergipe (UFS).
Shiziele@academico.ufs.br.

GT 4: Educação Ambiental de Base Comunitária.

Palavras-chave: soberania alimentar; segurança alimentar e nutricional; atividade agroaçucaieira; agrotóxico.

INTRODUÇÃO

A soberania alimentar está ligada aos meios de produção que cada povo tem de produzir seu próprio alimento de forma sustentável, com o objetivo de superar a fome, a desigualdade e a pobreza. (CONTI, 2009). Mas, as novas tecnologias de meios de produção, tais como: insumos químicos, maquinários e biológicos, resultantes da modernização da agricultura, denominada de revolução verde, afeta o modo de vida da população e sua relação com a alimentação. A Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) 11.346/2006 no Art 3º conceitua Segurança Alimentar e Nutricional como a

realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de

saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. (BRASIL, 2006. P.1).

Nesta perspectiva, a segurança alimentar é o direito em que a população tem de comer de forma saudável e sustentável. Previsto no art 6º da Constituição Federal como um direito humano a alimentação, o ato de se alimentar bem e de forma saudável, tornou-se um processo político. O Direito Humano a Alimentação Adequada (DHAA), é “respeita os princípios da integralidade, universalidade e equidade.” A Segurança Alimentar e Nutricional, “não mata nem por veneno e nem por conflito. É aquela que erradica a fome e promove alimentação saudável, conserva a natureza, promove saúde e paz entre os povos”. (SCHOTTZ, 2019, p. 16).

Em Sergipe a segurança alimentar e nutricional está sendo afetada pela expansão da monocultura canavieira, que desde o período colonial desenvolve grande importância para a economia brasileira, atualmente o cultivo da cana-de-açúcar ocupa 24,8 mil hectares do território sergipano (CONAB, 2018) e conta com vinte municípios que produzem o cultivo açucareiro. Devido ao alto teor de produtos tóxicos que é inserido na produção e aos tóxicos liberados das queimadas, essa atividade provoca sérios problemas ambientais tais como: perda da biodiversidade, alto nível de produtos tóxicos que infiltram no solo chegando ao lençol freático, “pressão sobre as áreas florestais, ocorrem também a formação e a emissão de compostos de nitrogênio causados pelo uso dos fertilizantes para o plantio da cana-de-açúcar” (BORGES et al, 2020, p. 75).

Para a produtividade da cana-de-açúcar é necessário boas condições ambientais, Castro (1984) destaca que as condições naturais tanto do solo quanto do clima da região nordeste do Brasil sempre foi favorável para o cultivo de distintos produtos alimentares, pois,

O solo da região, em sua maior parte do tipo massapé — terra escura, gorda e pegajosa, que recobre em espessa camada porosa os xistos argilosos e os calcários do Cretáceo — é de uma magnífica fertilidade. Solo originariamente de qualidades físico-químicas privilegiadas, com uma grande riqueza de humo e de sais minerais. O clima tropical, sem o excesso de água da região amazônica, com um regime de chuvas, de estações bem definidas, também contribuiu favoravelmente para o cultivo fácil e seguro de cereais, frutas, verduras e leguminosas de uma grande variedade. (CASTRO, 1984, P. 106).

Diante das condições favoráveis para o cultivo, e visando apenas seus interesses, o homem, como agente modificador da natureza monopoliza parte das terras sergipanas para a exclusividade produção de cana-de-açúcar, visando o acúmulo do capital, o

melhoramento da terra e a produção de forma mais rápida, utilizam-se de técnicas de irrigação, adubos, melhoramento do solo, fertilizantes, como também métodos fitossanitários. (LANDELL et al., 2012 Apud, IBGE, 2017). Nesta perspectiva, o solo ao passar por todas as técnicas de manejos e melhoramento perde seus nutrientes, elementos essenciais para o cultivo saudável dos alimentos.

Carson (1995, p. 64) afirma que o “solo é quem sustenta o manto verde que reveste a terra”, são milhões de bactérias, fungos e até mesmo minhocas que trabalham para que o solo se torne fértil e possa proporcionar nutrientes, materiais e substâncias que são fundamentais para a sobrevivência dos organismos vivos no manto terrestre. Na monocultura canavieira as práticas consistem no uso de agrotóxico e técnicas de adubação e irrigação do solo. Se por um lado o uso de produtos químicos altamente venenosos com a finalidade de acabar com as pragas que destroem o cultivo por outro esses mesmo produtos acabam por matar a vida de micro-organismos que realizam a decomposição de células mortas, tornando o solo fértil, substâncias essenciais para a vida das plantas e vegetais.

Diante do exposto, Brasil que possui todos os recursos para se torna soberano e proporcionar a sua população uma segurança alimentar e nutricional, pois, de um lado é extenso em território, possui boa parte de solo fértil, é banhado pelo oceano atlântico, possui biodiversidade na flora e na fauna, por outro a defesa da cultura e segurança alimentar é falseada pelo perverso sistema capitalista.

Em 2022, segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), o Brasil volta atingir o mapa da fome, os “desmonte de políticas públicas e de controle social vêm na contramão de uma linha do tempo histórica.” (MONTESANO, 2019, p. 10).

O presente resumo¹ busca analisar os impactos do corte de cana-de-açúcar na interferência da soberania e segurança alimentar e nutricional (de acordo com agenda 2030, ODS, 02) no Município de Japaratuba-SE. Para tal, faz-se necessário o levantamento e estudo bibliográfico sobre a temática proposta, para fundamentar a pesquisa. Assim, está pesquisa é de cunho qualitativo, com ênfase na observação sistemática, descrição e análise documental para fundamentar a pesquisa foi realizado

¹ Este resumo faz parte da pesquisa de Mestrado intitulada “Dilemas e Desafios da Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional da Cana-De-Açúcar em Japaratuba/SE”. Orientada pela Professora Doutora Rosana de Oliveira Santos Batista e Co-orientada pela Professora Doutora Shiziele de Oliveira Shimada, no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA/UFS.

leituras sobre o tema proposto, tais como: artigos, dissertação, livros ou teses sobre soberania e segurança alimentar e nutricional, como também análise da expansão da monocultura canavieira na região nordeste do estado sergipano, e como a mesma afeta nos hábitos alimentares da população.

Para compreender as causas da Insegurança Alimentar em Sergipe será realizado uma abordagem com o método do materialismo histórico, que realiza uma análise das causas por meio das transformações e movimento histórico, possibilitando ao pesquisador compreender os acontecimentos do passado na sua “verdadeira essência.” (LUKÁCS, 1989) Permitindo também a análise do presente pelo viés da história, ou seja, pelo movimento histórico o pesquisador tem um aprofundamento da realidade do fenômeno estudado.

INSEGURANÇA ALIMENTAR: A DESCONEXÃO ENTRE A PRODUÇÃO E O CONSUMO

No Brasil, a crise alimentar está sedimentada na má distribuição de alimentos e de renda, além da expansão da monocultura canavieira para a produção de combustíveis, etanol, açúcar, energia. A produção da cana-de-açúcar no Brasil, além de se expandir por todo o território brasileiro, alterar a produtividade do solo, a qualidade da água, interfere na perda da biodiversidade e diante desta conjuntura, "a superação da fome e da pobreza depende de vontade política dos governantes, mediante ação e adoção de medidas que alterem as bases das relações econômicas da sociedade brasileira para alterar as condições estruturais geradoras das desigualdades." (CONTI, 2009, p. 17).

No Brasil a insegurança alimentar atinge “125,2 milhões de pessoas residentes em domicílios com Insegurança Alimentar - IA e mais de 33 milhões em situação de fome (IA grave).” (II VIGISAN, 2022, p. 17) resultante das “injustiças e dos graves problemas de ordem alimentar, social, ambiental e econômica.” (SCHOTTZ, 2019, P. 17), por um lado, um grupo de pessoas ainda não possui o acesso aos alimentos de maneira adequada, por outro lado, existem os grupos de pessoas que consomem excessivamente ou se alimentam de forma incorreta. (CONTI, 2009). Nesta perspectiva, o Brasil tem um longo caminho a trilhar para atingir o objetivo da ODS 2, da agenda

2030 que prever acabar com a fome, a desnutrição e a pobreza, reduzindo a desigualdade dentro do país.

No Brasil, a problemática da fome é uma questão antiga, debatida por Castro (1984) como um problema antigo de subnutrição e de carência alimentar. Conti (2009, p. 16) define a fome como "um conjunto de sensações", proveniente da ausência de alimentos diários e da desnutrição gerada pela inexistência de nutrientes no organismo.

A fome, no Brasil, é consequência, antes de tudo, do seu passado histórico, com os seus grupos humanos sempre em luta e quase nunca em harmonia com os quadros naturais. Luta, em certos casos, provocada e por culpa, portanto da agressividade do meio, que iniciou abertamente as hostilidades, mas quase sempre por inabilidade do elemento colonizador, indiferente a tudo que não significasse vantagem direta e imediata para os seus planos de aventura mercantil. Aventura desdobrada em ciclos sucessivos de economia destrutiva, ou pelo menos desequilibrante da saúde econômica da nação: a do pau-brasil, a da cana-de-açúcar, a da caça ao índio, a da mineração, a da lavoura nômade, a do café, a da extração da borracha, e finalmente a da industrialização artificial baseada no ficcionismo das barreiras alfandegárias e no regime da inflação, (CASTRO, 1984, P. 16).

Dessa maneira, a fome é resultado da inaptidão do Estado que na contextualização do processo histórico, ficam evidente os interesses econômicos e sociais, que Leff (2016) denomina como “racionalidade econômica”, dominada pelo sistema capitalista, que é interligado pelo setor “da indústria de alimentos e das redes de supermercado que configuram os verdadeiros impérios alimentares, caracterizados pelo avanço dos monocultivos sobre os territórios, pela dependência de insumos químicos.” (SCHOTTZ, 2019 P. 18).

O Guia Alimentar para a População Brasileira (2014) apresenta como alimentação adequada e sustentável os produtos in natura, ou minimamente processados e em grande parte de origem vegetais, mas, no atual cenário, presenciamos uma crescente oferta dos produtos ultraprocessados, transgênicos e quimicamente tratados distribuídos por grandes corporações alimentares até a chegada as prateleiras dos supermercados, provocando “a desconexão entre a produção e o consumo, tornando a comida uma mercadoria distanciada da sua origem e da sua identidade e comprometendo seriamente a soberania alimentar” (SCHOTTZ, 2019 P. 18). Ploeg (2008) afirma que o mundo moderno da agricultura é dominado pelo sistema capitalista, em que,

tudo perde sua identidade. Os produtos alimentícios já não são produzidos num determinado lugar, por determinadas pessoas, num determinado momento e depois levados através de circuitos mais ou menos conhecidos, ou pelo menos que podem se conhecer, até aos consumidores. Os alimentos estão se tornando numa espécie de "não produtos", cuja origem já não

importa, nem tão pouco sua viagem ao longo do tempo e do espaço. Embora tenham sido criados vários sistemas de "rastreadibilidade e acompanhamento", estes sistemas não são mais do que um mecanismo para delegar responsabilidades, riscos e custos associados em casos de calamidades alimentares graves. (PLOEG, 2008, P. 127).

Nesse contexto, a modernização da agricultura que surgiu na segunda guerra mundial com o chamado “Revolução Verde”, que se apresenta como o fetichismo de superar a pobreza, a fome e a desnutrição por um discurso baseado na sustentabilidade capitalista que Leff (2016), descreve como racionalidade modernizadora que produz nas entrelinhas econômicas, as forças negativas da superprodução e o desequilíbrio da pobreza extrema, da crise ecológica, a escassez e dissuadindo a autonomia dos pequenos agricultores de exercer a soberania alimentar de produzir seu próprio alimento com manejos e recursos sustentáveis.

De acordo com Batista & Santos (2019 p. 315 e 317) o “Brasil é líder mundial no consumo de Agrotóxicos [...] e que existe mais de 15 mil formulações, para cerca de 400 tipos diferentes de agrotóxicos”. Tavares (2019, p. 60) destaca que em 2019, “o governo brasileiro autorizou mais de 353 novos agrotóxicos”, tornando a comida que chega a mesa do consumido cada vez mais banhada de veneno.

A Agenda 2030, no objetivo 2 (dois), prever “acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria nutrição e promover a agricultura sustentável”. (BRASIL, AGENDA2030, p. 22). Ainda nesse mesmo documento, na meta 2.2 presume que até 2030, o Brasil pretende “acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situação vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano” (BRASIL, AGENDA2030, p. 22) Mas, para alcançar esse objetivo, o Brasil necessita, torna-se soberano, e produzir um alimento, sem agrotóxico, nutrida pelos micro-organismos, tais como: bactérias, fungos, entre outros que existe na terra. E somente assim, o Brasil poderá colocar na mesa da população comida de verdade, saudável e sustentável,

produzida pela agricultura familiar, com base agroecológica e com o uso de sementes crioulas e nativas. [...] produzida por meio do manejo adequado dos recursos naturais, levando em consideração os princípios da sustentabilidade e os conhecimentos tradicionais e suas especificidades regionais. [...] livre de agrotóxicos, de transgênicos, de fertilizantes e de todos os tipos de contaminantes. (SCHOTTZ, 2019, P. 20)

Dessa maneira, a segurança alimentar está relacionado o acesso a alimentação de qualidade e permanente, a água limpa potável, a redistribuição de renda, ou seja, a alimentação esta relacionada as condições culturais, sociais, econômicas, climáticas e

ecológicas de cada pessoa. Esta adequação incorpora aspectos relacionados à: diversidade e adequação nutricional e cultural da dieta, incluindo “necessidade de estar livre de substâncias nocivas; proteção contra a contaminação; informação sobre adequação de dietas e conteúdo nutricional dos alimentos.” (CONTI, 2009, p. 23).

Sobre a alimentação adequada, faz-se necessário o cuidado de não reduzir alimentação a um pacote de nutriente calórico, facilmente adquirido nos supermercados com a finalidade de matar a fome, pois é necessário refletir que alimento é este que chega a mesa do consumidor, quais tipos de processamentos e ultraprocessamentos já passou. A FAO destaca que uma pessoa precisa ingerir de 1.900 a 2.400 quilos calorias por dia para estar adequadamente alimentada.

O Conselho Regional da Economia (CORECON) no boletim, nº 14 de 2022, desta que o Brasil volta atingir o mapa da fome, revelando um quadro de insegurança alimentar próximo ao ano de 2004, por outro lado as cifras da CONAB (2021) revelam aumento na produção de alimentos revelando uma contradição em que a fome afeta milhões de pessoa. Em Sergipe a soberania e segurança alimentar é afetada por meio do cultivo da cana-de-açúcar, que nas,

últimas décadas o capital na busca incontrolável do lucro se expande em todos os setores, impondo nova estrutura produtiva com extrema rigidez e inflexibilidade para quem e o que lhe oferece resistência. Contraditoriamente é por impor rigidez que se torna dinâmico, com o intuito do lucro, do acúmulo de riqueza. Utilizando-se de todas as formas de controle, expande-se mundialmente apropriando se de todos os lugares. (SHIMADA & CONCEIÇÃO, 2009, p.4).

Assim, a monocultura canavieira em atendimento a lógica do mercado acentua a desigualdade, a pobreza e a fome. Com isso, a expansão canavieira no território sergipano elimina a produção de outras culturas e transforma o direito que cada pessoa tem ao alimento seguro em mercadoria visando o acúmulo de capital. A contradição de que a fome é resultado da falta de alimento, ou seja, da improdutividade no sistema capitalista é exatamente que o sistema agrícola não visa atender as necessidades humanas, mas, o acúmulo de riqueza.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa se propôs como objetivo analise a segurança e soberania alimentar e nutricional afetada pelos meios de produção da modernização da agricultura, no desafio do processo de educação ambiental na comunidade de Japaratuba/SE, tendo como

perspectiva, o dialogo do uso das terras do nordeste sergipano exclusivo para a monocultura canaveira e afetando a soberania dos pequenos agricultores em produzirem seu próprio alimento.

A discussão do resumo foi realizado com pesquisadores que estuda sobre a temática e órgão públicos que investiga a fome e a insegurança alimentar e nutricional no mundo. Possibilitando a coleta de dados quantitativos, disponibilizado pela FAO, concluindo que o Brasil, voltou a atingi o mapa da fome, mesmo apresentando condições de se tornar um país soberano. A desigualdade no país é exuberante, e o número de pessoas que apresenta insegurança alimentar grave decorrente da desigualdade entre países ultrapassa 125 milhões por domicilio.

AGRADECIMENTOS

Fomento – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES/UFS.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Rosana de Oliveira Santos. SANTOS, Thaís Moura dos. **Ensaio cartográfico dos processos de mortalidade e mobilidade por agrotóxico nos municípios sergipanos**. In: CARVALHO, Márcia Eliane Silva. SILVA, Maria do Socorro Ferreira da. SANTOS, Núbia Dias dos. BATISTA, Rosana de Oliveira Santos. SHIMADA, Shiziele de Oliveira. Diálogos Interdisciplinares nas ciências ambientais: Ampliando olhares e perspectivas. São Cristóvão/SE, Editora UFS, 2019, p. 315 – 338.

BRASIL, Transformando nosso mundo: Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável.

BRASIL, Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN Nacional. Nº: 11.346, de 15 de Setembro de 2006. Brasília, 2006.

BORGES, Luiz Fernando dos Santos. BORGES, Osnei Paulo. ALVES, Sirlene Siqueira. PAULA, Larissa Klosowski. DORNE, Sandra Regina. PRISSATO, Fabiano Cardoso. VITTO, Daniel Malheros. VALENCIO, Jorge Luiz Rodrigues. SILVA, Silvana Soares Siqueira Da. GUALASSI. Rodrigo Júnior. FRANCO. Claudinéia Conationi Da Silva. Impactos ambientais e sociais causados pela queima da cana-de-açúcar. **Revista científica multidisciplinar**, Monumenta, Paraíso do Norte, PR, V. 1, n. 1, p. 73-83. 2020.

CARSON, Rachel. **Primavera Silenciosa**. Tradução: POLILLO, Raul de. São Paulo: Melhoramentos, 2ª edição, 1995.

CASTRO, Josué de. Geografia da fome. O dilema brasileiro: pão ou aço. 10ª Edição, Antares, Rio de Janeiro. 1984.

CONTI, Irio Luiz. **Segurança Alimentar e Nutricional: noções básicas**. Passo Fundo: IFIBE, 2009.

Conselho Regional de Economia. Observatório das desigualdades – **Máquina do tempo: Brasil volta a atingir o mapa da fome**, Boletim nº: 14, MG, fevereiro de 2022. Disponível em: <https://uenf.br/portal/wp-content/uploads/2022/02/Boletim-14-O-Brasil-de-volta-ao-Mapa-da-Fome.docx-1.pdf>

Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, **Acompanhamento da Safra Brasileira da cana-de-açúcar**, Brasília, 2018.

LEFF, Enrique. **Racionalidade ambiental: reapropriação social da natureza**. Tradução: CABRAL, Luis Carlos. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2016. P. 221 – 501.

LUKÁCS, Gyorgy. **Mudança de Função do Materialismo Histórico**. História e Consciência de Classe: Estudo de dialética Marxista. Editora Elfos LTDA. 1989, p: 233-264.

IBGE. **Geografia da Cana-de-açúcar, Dinâmica territorial da dinâmica agropecuária**, 2017.

MONTESANO, Bernardete. **Apresentação**. In: Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (Instituto PACS). Mulheres e Soberania Alimentar. Sementes de mundo possíveis. Rio de Janeiro, 2019, p. 08-15.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Tradução: Rita Pereira, Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008, p. 126-130.

SCHOTTZ, Vanessa. **Comida de verdade no campo e na cidade: Refletindo sobre direito humano à alimentação, mulheres e agroecologia**. In: Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (Instituto PACS). Mulheres e Soberania Alimentar. Sementes de mundo possíveis. Rio de Janeiro, 2019, p. 16-30.

SHIMADA, Shiziele de Oliveira. CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. **Cana-de-açúcar e a lógica do capital: Uma análise a partir da Região da Cotinguiba em Sergipe**. XIX Encontro de geografia agrária, São Paulo, 2009, p. 1-16.

TAVARES, Inara do Nascimento. **Terra, Águas e sementes: Do corpo território das Mulheres indígenas a uma concepção de soberania alimentar**. In: Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (Instituto PACS). Mulheres e Soberania Alimentar. Sementes de mundo possíveis. Rio de Janeiro, 2019, p. 58-66.

II VIGISAN : **relatório final/Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar – PENSSAN**. -- São Paulo, SP : Fundação Friedrich Ebert : Rede PENSSAN, 2022.